



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital **1013952-87.2017.8.26.0566**
 nº:
 Classe - Assunto **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Valmir Carlos Oliveira**
 Embargado: **Orlando de Stefani**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos,

Em suma, cuida-se de embargos à execução. Alega o embargante que deve ser afastada a cláusula penal, que não foi prevista e que está sendo cobrada pela existência de inadimplência. Quer que o locador venha para o polo passivo da demanda. Pede que se reconheça que deve ser aplicado o benefício de ordem.

Impugna o credor aduzindo que por tudo o que consta do contrato de locação o credor tem a liberdade para exigir o crédito do locatário, do fiador ou de ambos, como bem lhe convir sem a necessidade de uma ordem pré-estabelecida, uma vez que o garantidor abriu mão de seu possível direito. Não há o que se falar da obrigatoriedade da participação da ex-locatária no processo, tampouco existe tal necessidade, sendo que o embargante assumiu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

voluntariamente o papel de garantidor e responsável por toda e qualquer pendência que porventura poderia haver em decorrência de referida locação (fls.22/35).

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decidido.

Improcedem os embargos.

Em se tratando de execução e havendo mais de um devedor, a hipótese é de litisconsórcio passivo facultativo e não necessário.

Reza o artigo 275 do Código Civil que “o credor tem direito de exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto”, acrescentando no parágrafo único que “não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores”.

Nesse sentido: “AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. PLURALIDADE DE DEVEDORES. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. CITAÇÃO DO FIADOR. EFEITOS COM RELAÇÃO AO DEVEDOR PRINCIPAL. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE SOLIDARIEDADE. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO. 1. No contrato de fiança, havendo solidariedade entre os devedores, como na hipótese do art. 1.492, II, do CC/1916 (art. 828, II, do CC/2002), a interrupção da prescrição com relação a um codevedor atinge a todos, devedor principal e fiador (art. 176, § 1º, do CC/1916; art. 204, § 1º, do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CC/2002). 2. Na execução, quando há pluralidade de devedores, sendo facultativo o litisconsórcio, a falta de citação de alguns coexecutados não obsta o prosseguimento do feito relativamente aos que foram citados. 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (cf. AgRg no REsp 466498/DF, Rel. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO Agravo de Instrumento nº 0062567-53.2012.8.26.0000 - São Paulo 4 Min. Vasco Della Giustina, DJ 17.11.2009).

Assim, o credor por escolher a quem demandar. O chamamento ao processo é instituto de processo de conhecimento, não sendo viável em sede de execução.

Nesse sentido: Agravo de Instrumento – Execução de título extrajudicial – Recursos financeiros do Consórcio são compostos não só por verba pública (artigo 32 do Estatuto) o que afasta a tese de impenhorabilidade de verbas e da aplicação do artigo 730 do CPC – Chamamento ao processo permitido em ação de conhecimento – Impossibilidade no caso em comento – Agravo não provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2119822-90.2016.8.26.0000; Relator (a): Marrey Uint; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Foro de Pedreira - 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/08/2016; Data de Registro: 12/08/2016)

Ao devedor será lícito, contudo, efetuar o pagamento e demandar em ação próprio o seu codevedor solidário.

Havendo renúncia expressa ao benefício de ordem, inviável que o fiador o invoque agora, porque a obrigação foi assumida de forma voluntária.

Confira-se: Locação de imóvel - Embargos à execução -



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Responsabilidade solidária dos fiadores pela dívida até a efetiva entrega das chaves - Garantidores que assumiram solidariamente as obrigações locatícias e expressamente renunciaram ao benefício de ordem e à faculdade de exoneração da fiança - Validade das cláusulas ajustadas - Encargos contratuais pactuados e devidos - Gratuidade processual já concedida - Apelo improvido. (TJSP; Apelação 0008988-55.2014.8.26.0572; Relator (a): Vianna Cotrim; Órgão Julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Joaquim da Barra - 1ª Vara; Data do Julgamento: 23/06/2016; Data de Registro: 23/06/2016).

A multa contratual no caso em tela é compensatória, pela desocupação antecipada e já foi calculada de forma proporcional ao tempo de ocupação.

Em face do exposto, improcedem os embargos.

Condeno o embargante ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da execução.

Sendo beneficiário da Justiça Gratuita, as verbas da sucumbência apenas poderão ser cobradas se provada a perda da condição de necessitado.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 21 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA
LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**